

Os desafios propostos por uma população que envelhece

Paulo Murad Saad*

WONG, Laura Rodríguez (org.). *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG/ABEP, 2001. 271 páginas.

O livro *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade*, organizado por Laura Rodríguez Wong, deve ser considerado, antes de mais nada, uma publicação oportuna. Trata-se de uma bem estruturada coletânea de trabalhos apresentados durante o seminário "Envelhecimento da população brasileira: aspectos macro e micro relevantes para políticas sociais regionais e nacionais", ocorrido nos dias 6 e 7 de dezembro de 1999.

Por que uma publicação oportuna? Em princípios de abril de 2002 celebrou-se em Madri a II Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, evento que culminou com a elaboração de um novo Plano de Ação Mundial destinado a fornecer as diretrizes básicas para políticas públicas voltadas ao bem-estar da população idosa. Tais diretrizes, porém, tem um caráter altamente genérico, o que não poderia ser diferente, dadas as diferenças regionais marcantes tanto em relação à dimensão e intensidade do envelhecimento populacional, como também no que diz respeito ao contexto socioeconômico e político em que este fenômeno se insere. Isto significa dizer que qualquer tentativa de implementação do Plano de Ação Mundial na esfera nacional passa, necessariamente, por um processo de adaptação à realidade e necessidades locais.

Daí a oportunidade do livro em questão. Ao tratar de aspectos relativos às caracte-

ísticas, determinantes e conseqüências do envelhecimento populacional no Brasil, o texto não só amplia o conhecimento acerca do fenômeno, fato este por si só relevante, dada a escassez de estudos nesta área no Brasil, como também contribui com valiosos subsídios para a tão necessária implementação do Plano de Ação em nosso país.

O livro compõe-se de quatro partes. A primeira trata dos determinantes demográficos do envelhecimento populacional, analisando algumas das características específicas do fenômeno no Brasil. A segunda e terceira partes estão voltadas para as conseqüências do envelhecimento, focalizando as duas áreas que mais diretamente se vêem impactadas pela sua intensificação, quais sejam, a saúde e a previdência social. A quarta e última parte aborda, de maneira qualitativa, alguns aspectos diretamente relacionados ao bem-estar da população idosa, como, por exemplo, o relacionamento familiar e a questão do asilamento.

Vale ressaltar que, a título de introdução, a organizadora do livro apresenta uma resenha bastante reveladora dos capítulos que se apresentam a seguir, justificando, com propriedade, a estrutura organizacional dos textos.

No primeiro artigo da parte inicial, Morvan Moreira apresenta de forma quase que didática os determinantes demográficos do envelhecimento populacional, mostrando, de maneira inequívoca, o processo de envelhecimento pelo qual atravessa a população brasileira. Ao inserir o envelhecimento no Brasil dentro de uma perspectiva mundial de envelhecimento, o estudo procura dar uma noção da etapa do processo em que nos encontramos, e projetar as etapas futuras que se acercam. Por outro lado, ao apontar para as grandes diferenças regionais que ainda persistem no Brasil, tanto com relação à dimensão e intensidade do envelhecimento populacional, quanto no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico, o estudo chama a atenção para a necessidade de

* Demógrafo da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU).

políticas sociais diferenciadas. Ainda que por meio de pinceladas rápidas, procura-se evidenciar as repercussões do envelhecimento populacional nas áreas política, social e econômica brasileiras, advindas das características peculiares do fenômeno no Brasil. Tais características incluem, por exemplo, a feminização da população idosa, fazendo do envelhecimento um fenômeno eminentemente feminino; o envelhecimento do próprio contingente idoso, acarretando uma pressão crescente sobre os recursos de saúde, e a pauperização dos idosos brasileiros. Com relação às transformações na composição etária, o autor faz referência às oportunidades que se abrirão para o resgate da dívida social no país durante o intervalo de tempo em que a taxa de dependência demográfica seguirá uma tendência declinante, gerando menores pressões quantitativas sobre as demandas sociais.

Ainda na primeira parte do livro, o estudo de Fausto Brito trata dos efeitos da migração sobre a estrutura etária das populações tanto de origem quanto de destino, tomando como palco a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além de informativo, o artigo tem como grande qualidade o fato de realçar a importância que a migração pode adquirir sobre o processo de envelhecimento populacional, principalmente quando se tratam de esferas locais. De fato, é costume associar os determinantes demográficos do envelhecimento populacional somente ao comportamento das variáveis fecundidade e mortalidade, sem atribuir maior peso ao processo migratório. No caso do Brasil como um todo, e de algumas grandes regiões do país, o efeito da migração sobre o envelhecimento da população tende a ser realmente irrisório. No caso de contextos mais reduzidos, porém, como nos mostra o artigo de Brito, a migração, por ser seletiva em termos de idade, tende a assumir um papel muitas vezes preponderante. Normalmente, a população que migra é mais jovem do que a população em geral, contribuindo para o rejuvenescimento das áreas de destino e o envelhecimento das áreas de origem. Este é um fato que deve

ser considerado com atenção quando da elaboração de políticas públicas, uma vez que as áreas de origem, cuja população envelhece mais rapidamente devido à ação migratória, são muitas vezes aquelas que apresentam maior estagnação econômica.

A segunda parte do livro, relativa à saúde do idoso, reúne dois trabalhos. No primeiro deles, Jorge Alexandre Silvestre expõe as falhas do sistema público de saúde no Brasil com relação ao atendimento do paciente idoso e propõe uma série de medidas de ajuste para adequá-lo a uma sociedade que envelhece rapidamente. Segundo o autor, os sistemas públicos de saúde caracterizam-se, de uma maneira geral, pela priorização das ações voltadas para a atenção materno-infantil, desconhecendo a realidade epidemiológica brasileira, em que as doenças crônico-degenerativas, associadas às pessoas de maior idade, vão ganhando cada vez mais significância, em detrimento das doenças infecciosas e parasitárias, associadas mais diretamente à população materno-infantil. O estudo aponta também para as distorções e inadequação do sistema quanto ao atendimento do cidadão idoso. Uma importante distorção é o fato de ser o ambulatório, em geral, a porta de entrada dos idosos no sistema, mesmo nos casos que não requerem urgência. Além de custar caro para os cofres públicos, esta situação prejudica a resolução dos problemas de saúde do idoso que, por serem normalmente múltiplos e crônicos, acabam não recebendo tratamento adequado em serviços de caráter emergencial. Por outro lado, o número extremamente reduzido de diagnósticos de doenças típicas das faixas etárias mais avançadas, como são as incontinências, a demência e a depressão, vem ilustrar de maneira clara a inadequação do atendimento hospitalar ao idoso. Em resumo, o autor propõe uma triagem de reabilitação dos idosos que procuram atendimento médico, além de uma abordagem médica e psicossocial adequada em nossos hospitais.

O segundo trabalho na área de saúde, de autoria de Lára Barbosa e Flávia Andrade, procura quantificar o peso das

diferentes causas de morte entre a população idosa. Para tanto, utiliza-se do instrumental oferecido pelas tábuas de mortalidade por múltiplo decremento, objetivando identificar os ganhos nas esperanças de vida ao nascer e em idades mais avançadas a partir da eliminação de determinadas causas de morte entre a população idosa. Como bem lembrado no texto, trata-se de uma técnica normalmente questionável, já que o conceito de eliminação de certas causas tende a ser bastante irreal. Além disso, tais modelos, em geral, não consideram os efeitos da eliminação de uma causa sobre outras. De qualquer forma, o exercício é bastante ilustrativo e vem comprovar a importância das doenças circulatórias e dos neoplasmas no processo de mortalidade da população idosa brasileira. Uma maneira, talvez, de complementar este trabalho, e que deveria ser considerada em futuros estudos, seria a incorporação do conceito de *esperança de vida livre de incapacidades*, que vem sendo discutido e aplicado em diversos países do mundo. Apesar das dificuldades que certamente existem para a construção de um indicador desta natureza, o esforço seria recompensado pela forma quase que direta de utilização do mesmo para fins de políticas públicas na área da saúde visando ao bem-estar da população idosa.

A terceira parte do livro, voltada à previdência social, conta com os trabalhos de Moema Figoli, sobre o comportamento das aposentadorias urbanas no Brasil, e Eli Andrade, sobre a insustentabilidade estrutural do atual modelo previdenciário brasileiro. É interessante notar, antes de mais nada, a complementaridade destes dois estudos: enquanto o primeiro realça o impacto decisivo que certos fatores socioeconômicos e demográficos terão sobre o aumento do número de beneficiários do sistema, o segundo procura demonstrar que a falta de sustentabilidade do atual sistema previdenciário estaria ligada principalmente a fatores de ordem política e institucional que vão muito além dos puramente demográficos.

O artigo de Moema Figoli mostra que as altas taxas de crescimento da população

idosa brasileira projetadas para as próximas décadas serão as principais responsáveis pelo crescimento do número de beneficiários da previdência, juntamente com a maior participação da mulher no mercado de trabalho e a queda da mortalidade. Em particular, ver-se-á um aumento proporcionalmente maior da massa feminina de aposentados em relação à masculina, e um alargamento da extensão média de permanência na condição de aposentado(a). Adicionalmente, o trabalho investiga o impacto que teria a adoção de uma idade mínima nas aposentadorias por tempo de serviço e conclui que o efeito seria pouco significativo, devido, talvez, ao limite de idade adotado no exercício.

O artigo de Eli Andrade mostra o papel decisivo da conexão histórica entre a construção da previdência social no país e a constituição do próprio Estado nacional na conformação do atual sistema previdenciário. Expõe de maneira clara as particularidades do sistema que, sempre marcado por amplas mudanças institucionais, vem dificultando a aplicabilidade do conceito de maturidade e o equilíbrio nas transferências inter e intrageracionais. Já a partir de meados da década de 1930, como mostra o estudo, o Estado, que havia assumido certo controle sobre as reservas do sistema, transforma a previdência em um dos principais instrumentos de financiamento do processo de industrialização do país. A situação se agravou a partir da criação do INPS, quando o Estado assume pleno controle institucional sobre o sistema, passando a utilizar sua capacidade de arrecadação como mecanismo complementar no financiamento ao Tesouro. Mais tarde, coincidindo com os efeitos negativos da recessão dos anos 1980 sobre a arrecadação previdenciária, o sistema se viu afetado pelo esgotamento não só das reservas financeiras herdadas do período pré-unificação (1966), como também do chamado "capital populacional", decorrente da intensificação do envelhecimento populacional. Para fazer frente a este quadro, a autora considera imprescindível passar dos ajustes às mudanças estruturais, vislumbrando como alternativas possíveis

o crescimento da atividade econômica e o deslocamento da base de tributação previdenciária da folha de salários para os lucros e o faturamento das empresas. Tal reestruturação da base de financiamento do sistema conformaria, além disso, novos parâmetros para o debate sobre a natureza pública ou privada da previdência social.

A última parte do livro, que aborda o tema do relacionamento familiar do idoso, é composta de três artigos. O que de imediato chama a atenção é o fato de se tratarem, todos eles, de estudos de cunho qualitativo, baseados em entrevistas abertas realizadas com grupos relativamente reduzidos de pessoas idosas. Se, por um lado, este tipo de estudo é de fundamental importância para a construção e fundamentação teórica de determinadas hipóteses, tais hipóteses, por outro lado, somente adquirem validade se testadas em amostras relativamente grandes, representativas do conjunto da população estudada. Ocorre, porém, que informações a respeito das relações intergeracionais dentro da família são obtidas quase que exclusivamente por meio de pesquisas especialmente desenhadas para esta finalidade, o que é extremamente raro no Brasil. Esta constatação traz à tona uma importante lacuna na pesquisa demográfica brasileira, particularmente no que se refere à demografia do envelhecimento. Afortunadamente, começam a surgir os primeiros resultados de pesquisas de caráter quantitativo mais abrangentes, como é o caso da pesquisa SABE (Salud, Bienestar y Envejecimiento en America Latina y el Caribe) da Organização Panamericana da Saúde, que, embora ainda sem representatividade nacional, certamente permitirá testar algumas das hipóteses levantadas nestes estudos.

O artigo de Marcos Nascimento analisa as expectativas da mulher idosa com relação ao apoio familiar. Trata-se de um tema intrinsecamente ligado às condições de bem-estar da população idosa, haja vista a situação de fragilidade em que se encontra a mulher idosa dentro da sociedade brasileira – particularmente em termos financeiros – e a crescente feminização do

contingente populacional em idades mais avançadas. Como sugere o estudo, as mulheres atualmente idosas pertencem a uma geração culturalmente direcionada para prover e receber apoio familiar na velhice, como se existisse uma espécie de contrato social implícito ou um acordo familiar intergeracional. E, de certa maneira, elas ainda conseguem ver satisfeitas as suas expectativas, principalmente pelo apoio recebido de filhas ou outras mulheres da família. A questão que o autor coloca é como este sistema informal de apoio se verá afetado a partir das transformações que começam a ser observadas na família, tanto de ordem demográfica como referentes ao papel da mulher na sociedade. Por um lado, a queda acentuada da fecundidade fará diminuir naturalmente o leque potencial de apoio intergeracional, que se verá restrito a um número cada vez mais reduzido de filhos. Por outro lado, a maior participação da mulher no mercado de trabalho diminuirá consideravelmente a sua capacidade de prover apoio às mães idosas, particularmente com relação às ajudas de ordem física e emocional. Como contrapartida, as próximas gerações de idosas serão constituídas em grande parte por mulheres que, além de haverem convivido em contextos culturais menos opressivos e mais igualitários em termos de gênero, terão participado mais intensamente do mercado laboral. É de se esperar, portanto, entre estas futuras gerações de idosas, maior autonomia financeira e menor carência emocional comparativamente às gerações anteriores, suscitando a possibilidade do surgimento de novas formas de inter-relacionamento familiar intergeracional.

O artigo de Nely Castro aborda uma questão interessante que é saber até que ponto a forma pela qual os pais educam os filhos pode influir na qualidade do relacionamento familiar quando os filhos se tornam adultos e os pais atingem idades mais avançadas. A partir de entrevistas com idosos institucionalizados e não-institucionalizados, a autora define uma tipologia de relacionamentos entre pais idosos e filhos adultos – a relação de

autoritarismo, a relação fraternal e a relação de independência –, buscando na forma de educação pretérita prestada aos filhos as suas raízes. Entre outros resultados, o estudo observa a existência de uma correlação importante entre o grau de instrução do idoso, a sua satisfação em relação à educação prestada aos filhos e a qualidade do relacionamento familiar, sugerindo que, de alguma forma, um maior nível cultural poderia estar auxiliando na escolha de uma educação mais adequada aos filhos, e que esta se refletiria positivamente no futuro por meio de um relacionamento mais harmônico entre pais idosos e filhos adultos.

Finalmente, o artigo de Rosana Vieira apresenta um perfil crítico do sistema asilar no Brasil. Este tipo de estudo começa a adquirir redobrada relevância em nossa sociedade, visto que, paralelamente à intensificação do processo de envelhecimento populacional, a diminuição gradativa da capacidade da família em prestar os cuidados necessários aos seus membros mais idosos fará aumentar

naturalmente a demanda por asilos como forma alternativa para o cuidado do cidadão idoso. A partir das percepções dos próprios idosos asilados, captadas mediante entrevistas em profundidade, a autora classifica os asilos dentro de um gradiente em que a assistência prestada aos idosos internados varia entre dois extremos caracterizados pela hegemonia da caridade, de um lado, e da técnica, de outro. De uma maneira geral, os resultados parecem reforçar a hipótese apresentada, que sugere ser o asilo, em sua forma atual, uma instituição que, para existir, exclui o sujeito do contexto, arquivando a sua identidade. Uma importante constatação, porém, e que deveria ser considerada na formulação de políticas para o setor, é a de que a estrutura hierárquica e a especificidade do atendimento asilar parecem contribuir consideravelmente para a maior ou menor preservação da identidade do idoso e, conseqüentemente, para o seu bem-estar.

Enviado para publicação em 2/9/2002.